



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SUAS

COORDENAÇÃO GERAL DE CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NÚM. PARECER: 142818/2015

PROTOCOLO: 71000.115383/2009-12

C.N.P.J.: 50.099.944/0001-36

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL MONTEMORENSE

TIPO DE PROCESSO: Renovação

DATA DE PROTOCOLO: 15/12/2009

MUNICÍPIO: MONTE MOR

UF: SP

ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO: 16/12/2006 A 15/12/2009

DILIGÊNCIA/OF. COMPL.: 2308/2012

ANÁLISE TÉCNICA

I) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

Apresentou todos os documentos

(Documentos
pendentes)

II) FINALIDADES OU OBJETIVOS DO ESTATUTO SOCIAL:

a) Compatibilidade do estatuto com LOAS: art. 34, I,
Dec. 7.237/10 ou art. 39, I, Dec. 8.242/14

Compatível com a legislação

b) Destino do patrimônio em caso de dissolução:
art. 3º, II, Lei 12.101/09

Compatível com a legislação

III) ATIVIDADES DO RELATÓRIO: art. 18 da Lei 12.101/09 Atua na assistência social

atendimento

Oferta(s)

Usuário(s)

Qualificação usuário

acolhimento da PSE de alta complexidade

idosos

Outras ofertas (anteriores à lei):

IV) GRATUIDADE (a partir dos documentos

apresentados): Art. 18 da Lei 12.101/09 e Art. 57 do Decreto 8.242/14

É possível aferir a gratuidade das ofertas

V) MANIFESTAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO:

Número(s):

VI) CONTINUIDADE, PLANEJAMENTO e UNIVERSALIDADE DAS OFERTAS: Art. 18 da Lei 12.101/09 Sim

VII) CONCLUSÃO DO PARECER:

DEFERIDO

Em caso de renovação deferida, validade de: 16/12/2009 a 15/12/2014

Ressalta-se que a análise das atividades descritas pela entidade não foi submetida à expressa correlação com os serviços tipificados segundo a Resolução CNAS nº 109/2009, pois tal normativa é posterior ao período em análise. Compreende-se que sua atuação coaduna com a concepção da política de assistência social, operando sob situações de: proteção às vulnerabilidades próprias ao ciclo de vida, às fragilidades da convivência familiar e à dignidade humana e combate às suas violações.

E ainda, apesar de a entidade demonstrar não atuar exclusivamente no âmbito da assistência social, ela pode ser considerada de assistência social, uma vez que a Resolução do CNAS nº 16, de 2010, conferiu um prazo para que as entidades e organizações de assistência social inscritas anteriormente a maio de 2010 implementem as adequações necessárias referente ao reordenamento das atividades até o final de 2013.

Para renovar o CEBAS a entidade deverá protocolar requerimento de renovação no decorrer dos 360 dias que antecedem o fim da certificação vigente. A entidade deverá se atentar às atualizações das normativas estabelecidas para a política de assistência social, que podem ser acompanhadas pelo sítio eletrônico a seguir:

www.mds.gov.br/assistenciasocial

Brasília, DF, 27/11/2015

Maria Luiza Dias Custódio
Analista

Marília Carvalho
CGCEB/DRSP/SNAS/MDS

Barbara P. C. Campos
DRSP/SNAS/MDS